

## PERSPECTIVAS PARA A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA – CONSOLIDAÇÃO DE UMA POLÍTICA INSTITUCIONAL

Prof. Dr. Adelino Francisco de Oliveira<sup>1</sup>

### Resumo

O presente artigo propõe um caminho teórico e metodológico para a construção e consolidação da extensão acadêmica como política institucionalizada, a suplantando iniciativas e ações isoladas, que não se revelam capazes tanto de fortalecer o vínculo entre a comunidade e a instituição de ensino quanto de responder, consistentemente, às demandas suscitadas pela realidade social. Torna-se fundamental que as instituições de ensino superior avancem em direção a uma concepção complexa de extensão, a articular as dimensões de ensino, pesquisa e extensão. Nessa perspectiva, a extensão universitária deve se compor como privilegiado espaço de interlocução, a aglutinar docentes, discentes e corpo técnico em um amplo movimento, dinamizado a partir da profunda interação entre instituição de ensino, poder público e sociedade civil.

**Palavras-chave:** Extensão. Ensino Superior. Complexidade.

### Abstract

This article proposes a theoretical and methodological approach to the construction and consolidation of academic extension as institutionalized policy to supplant isolated initiatives and actions that do not seem able to either strengthen the bond between the community and the educational institution or to respond, consistently, to the demands raised by the social reality. It is essential that higher education institutions advance toward a complex conception of extension, to articulating the dimensions of teaching, research and extension. In this perspective, the university extension should be composed as a place for dialogue, bringing together the university the, students and the staff in a broad movement, strengthened by the deep interaction between the educational institution, government and civil society.

**Keywords:** Extension. Higher Education. Complexity.

### Introdução

A problemática da extensão universitária tem ganhado espaço e projeção nas diversas instituições de ensino superior do país. Mas ainda viceja muita confusão sobre a importância e o real papel da extensão dentro da instituição de ensino.

---

<sup>1</sup> Doutor em Filosofia. Docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, campus Capivari.

Buscando contribuir e avançar com esse debate, o artigo em tela propõe um caminho teórico e metodológico para a construção e consolidação da extensão acadêmica como política institucionalizada, a suplantando iniciativas e ações isoladas, que não se revelam capazes tanto de fortalecer o vínculo entre a comunidade e a instituição de ensino quanto de responder, consistentemente, às demandas suscitadas pela realidade social. Torna-se fundamental que as instituições de ensino superior avancem em direção a uma concepção complexa de extensão, a articular as dimensões de ensino, pesquisa e extensão. Nessa perspectiva, a extensão universitária deve se compor como privilegiado espaço de interlocução, a aglutinar docentes, discentes e corpo técnico em um amplo movimento, dinamizado a partir da profunda interação entre instituição de ensino, poder público e sociedade civil.

Em uma estruturação didática, o artigo está organizado em três tópicos, a compor uma totalidade complementar. No primeiro tópico, intitulado Extensão Universitária e Fortalecimento da Democracia, analisa-se a estreita relação entre as ações de extensão e a consolidação de uma sociedade democrática. Nesse caso, a extensão universitária, em um direcionamento ético e político, coloca-se a serviço do fortalecimento da própria democracia.

Em um segundo tópico, o artigo apresenta a perspectiva da complexidade, articulada por Edgar Morin, como um caminho epistemológico, a sustentar a concepção de extensão universitária. A abordagem avança na direção de propor a construção da política de extensão institucional em bases complexas, de maneira a articular as dimensões de ensino, pesquisa e extensão.

O último tópico do artigo, intitulado Objetivos e Diretrizes Estratégicas para a Realização da Extensão, assume um conteúdo mais prático ao apresentar, de maneira bem geral, os objetivos e as diretrizes estratégicas para a implementação efetiva da extensão no espaço das instituições de ensino superior.

## **I. Extensão Universitária e Fortalecimento da Democracia**

Toda instituição de ensino superior, comprometida com a construção de uma sociedade autenticamente democrática, deve avançar na consolidação de um amplo programa de extensão acadêmica. A política de extensão institucional delineia um movimento fundamental de elo e de estreita vinculação entre a instituição de ensino superior, o poder público e a comunidade, desenvolvendo projetos e ações que atendam os diferentes segmentos sociais, em uma confluência de respeito à diversidade cultural, religiosa, econômica, política e científica. Assim, os projetos extensionistas devem estabelecer perspectivas de recriação de vínculos e articulação entre a instituição de ensino superior, a sociedade e as demandas da contemporaneidade. Neste esteio de argumentação, discerne-se a natureza que deve nortear a política de extensão institucional,

consubstanciada por alguns princípios a atribuírem sentido e finalidades fundamentais: o caráter político, o caráter social, o caráter ético e o caráter técnico-científico.

A extensão, como mecanismo de interlocução, articulação e vinculação ao movimento geral da sociedade, assume eminente dimensão política, uma vez que todas as ações passam a desfrutar da responsabilidade e do compromisso com a recriação do diálogo, do respeito às diferenças e proteção dos direitos das comunidades. Todos os projetos extensionistas devem dispor de finalidades específicas e concretas, as quais passarão a incidir na defesa de uma sociedade democrática, aberta à participação política e à autonomia. O saber produzido e engendrado – rompendo com posturas endógenas – deve estar a serviço do outro, organizando ciência, técnica e política.

A extensão deve assumir a dinâmica sócio-comunitária ao articular, em parceria com o poder público e sociedade em geral, projetos e ações capacitados a atender às necessidades das comunidades e dos diferentes segmentos sociais. Neste ponto, a extensão deve estar alinhada às diversas políticas do Estado e às atividades dos organismos de defesa dos direitos, de maneira que as dimensões de ensino e pesquisa – a produção do conhecimento – abarquem um caráter comunitário.

A extensão define-se a partir da eticidade, quando fomenta projetos e ações a abarcarem finalidades e sentido social. Ou seja, a extensão assume papel principal e relevante de argumentar e apontar para atividades que desfrutam de um caráter comunitário, comprometido com um determinado projeto de sociedade. Neste ponto, clarifica-se o conteúdo político da extensão universitária – não partidário, alinhado aos rumos éticos e dilemáticos da sociedade. Assim, a extensão dinamiza-se sob a égide da reflexão e do pensar intermitentes – sobre valores, princípios e finalidades.

Finalmente sobre o caráter técnico-científico, a extensão tem como característica basilar a produção de conhecimento científico, na projeção de um saber rigoroso, dinamizado pelo critério da pesquisa. Toda a produção de conhecimento deve vislumbrar dois planos: em primeira perspectiva, o conhecimento conquistado deverá incrementar e ofertar qualidade para o ensino universitário na educação dos profissionais e pesquisadores; em segunda perspectiva, todo o conhecimento sugere uma dimensão comunitária, a ser alcançada mediante a articulação de projetos e ações extensionistas. Assim, a extensão – ao contemplar em seu próprio interior a dimensão da pesquisa – deve produzir e proporcionar conhecimento, tecnologia e informação, comprometidos com desenvolvimento e crescimento coletivos.

A política de extensão institucional – que deve decorrer do Plano de Desenvolvimento Institucional –, vislumbra integrar as dimensões de caráter político, social, ético e técnico-científico, em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional e com os Projetos Pedagógicos dos Cursos que

compõem a instituição de ensino superior. Nesta perspectiva, a política de extensão se constitui como um momento privilegiado de vivência efetiva da missão, dos valores e da visão institucionais.

## **II. Por uma Concepção de Extensão Universitária em Perspectiva Complexa**

A instituição de ensino superior pode encontrar nos pressupostos teórico-filosóficos articulados pelo pensador Edgar Morin, a compor o paradigma da complexidade os fundamentos para sua concepção de extensão universitária. A teoria da complexidade, desenvolvida por Morin, refuta, em definitivo, a concepção cartesiana e positivista de ciência, a gerar visões fragmentadas e reducionistas da realidade do objeto pesquisado. Neste caso, para Edgar Morin, o processo de fragmentação e redução, típico da ciência moderna, conduziu a uma ciência sem consciência. Com o intuito de superar tal postura em ciência é que Edgar Morin propõe o olhar da complexidade, a compor um novo princípio epistemológico. Neste caso, a perspectiva da complexidade compreende a realidade como um entrelaçamento – a exemplo de um tecido –, no qual todos os elementos (fios) encontram-se relacionados e em contínua interação, superando, de fato, olhares fragmentados sobre a realidade.

O horizonte da complexidade, como referencial para a construção da política de extensão institucional, remete a uma compreensão também complexa de ensino, de pesquisa e de extensão. Nesta perspectiva, a dimensão do ensino contempla também as dimensões de pesquisa e extensão; a dimensão de pesquisa, de maneira dinâmica, articula as dimensões do ensino e da extensão e a dimensão de extensão, por sua vez, em um movimento complexo, contempla as outras duas dimensões. De fato, ensino, pesquisa e extensão se articulam e interagem de maneira indissociável, compondo facetas de uma mesma realidade complexa. Neste sentido, toda política de extensão, imbuída da perspectiva da complexidade, compreende que há uma estreita e inseparável relação entre as dimensões institucionais de ensino, pesquisa e extensão. Neste caso, os projetos de caráter extensionsistas, devem necessariamente desdobrarem-se dos próprios projetos pedagógicos dos cursos, refletindo as questões suscitadas nas dimensões de ensino e de pesquisa e, concomitantemente, em um movimento dialético-complexo, voltando com outras questões para estas mesmas dimensões.

Tal compreensão de extensão universitária não deixa de estar alinhada com as definições conclusivas do I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade.

A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequência: a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade.

Além de instrumentalizadora desse processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social.<sup>2</sup>

Nesta confluência, a política de extensão institucional, em conformidade com o projeto pedagógico institucional, deve ser concebida de maneira ampla, tendo como perspectiva basilar a construção da cidadania. De fato, a extensão propõe-se extrapolar os espaços da instituição de ensino superior, soerguendo as possibilidades de diálogo e abertura para a participação das comunidades nas discussões e debates de interesse público e social. A extensão abraça – em seu conteúdo programático – a propulsão dos valores da democracia, da alteridade, da diferença ao desenvolver-se em estreita relação com pessoas e cidadãos de grupos econômicos, regionais, culturais, étnicos e religiosos diferenciados, promovendo a convivência e a troca de experiências alternadas e múltiplas, assumidas por diversos atores. Neste esteio de discussão, ao fomentar o diálogo e a participação, arquiteta-se a extensão como instrumento a serviço da cidadania, propondo a aprendizagem no campo da política, da ética e da responsabilidade, ao integrar instituição de ensino, comunidade e sociedade civil.

A extensão coloca-se, então, como meio político – através da força acadêmica e universitária – para compor o espaço da sociedade civil, através da formação de sujeitos e atores sociais, os quais, assumindo um novo conhecimento – a serviço dos interesses coletivos –, podem propor projetos e alternativas que fortaleçam diferentes iniciativas e posturas de cooperação, solidariedade e participação nas iniciativas do poder público e do terceiro setor, em plena consonância com o projeto pedagógico institucional. A proposta é a formação de cidadãos cientes, criativos e responsáveis, enveredando ações soerguidas a partir da aquisição de conhecimentos que estejam no caminhar de atividades de proteção e defesa de segmentos mais vulneráveis da sociedade civil. O campo fundamental de inserção da extensão é a sociedade civil, tendo em vista a potencialidade de seus sujeitos, organizados como cidadãos a construir um conhecimento de excelência. Docentes, discentes e comunidade passam a compor a força motriz e propulsora deste movimento, formado em uma perspectiva democrática e de participação de novos atores. Nesse ponto, destaca-se uma análise fundamental, articulada por Serrano:

---

2 FORUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. *Documento Final do I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras*. 1997.

A Extensão Universitária vivência um momento extremamente importante para sua consolidação como fazer acadêmico, entretanto as práticas institucionais através do próprio fazer extensionista e das normatizações universitárias necessitam melhor dispor-se diante das funções acadêmica, social e articuladora da Universidade. Este não é um desafio pequeno visto que o Plano Nacional de Extensão está longe de ser uma realidade plena nas universidades brasileiras.

A idéia de uma extensão a serviço de um processo transformador, emancipatório e democrático; e ainda, de uma extensão desenvolvida no diálogo e no respeito a cultura local nos permite perceber quanto o pensamento freirianista foi marcante e está presente no conceito da Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.<sup>3</sup>

A ideia primordial está na concentração e difusão de esforços para propor um conhecimento – fruto da articulação complexa entre instituição de ensino superior, comunidade e sociedade civil – que possa resgatar e fortalecer o que é mais rico e fecundo no cidadão: sua potencialidade e inclinação para construir alternativas e referenciais capazes de recriar valores e caminhos éticos para a sociedade. Tal reflexão deve fundamentar-se no plano de desenvolvimento institucional. Nesta confluência, este novo cidadão – envolvido na proposta da extensão – é solidário por que deseja expandir o que conhece para o bem de sua comunidade; é responsável, uma vez que percebe a importância do saber para a emancipação e autonomia de sua comunidade; é ético por que reconhece o valor no conhecimento e sua utilização para a democracia e justiça social; é justo por que discerne que aprender só pode ser validado e bom quando promove a paz e o crescimento da comunidade e de seus atores.

Os principais eixos temáticos da extensão estão na formação de profissionais com competências ética, profissional e política. Nesta perspectiva, a extensão deve dinamizar o debate ético, uma vez que fortalece o profissional a pensar a representação e o sentido de suas ações para um projeto de sociedade. Assim, a extensão pode trilhar o caminho e o espaço da postura profissional erigida sob conhecimento técnico e teórico, o que pode indicar atuações com qualidade e fundamento – no campo do saber científico – para iniciativas que propiciem a construção de valores coletivos. A extensão capacita-se a organizar uma realidade traçada por ações profissionais que conheçam e destrinchem o cenário político de nosso tempo, atribuindo para todo o pensar e agir uma finalidade direcionada à composição de um projeto de vida pessoal e coletivo. Nesta proposta, a extensão deve almejar a formação do ser humano enquanto cidadão, lançado e inserido, histórica e socialmente, numa comunidade enleada por valores de solidariedade.

Neste ponto de discussão, compreende-se o caráter sócio-comunitário que deve definir, inspirar a política de extensão institucional, cuja abordagem – articulada com as dimensões de ensino e pesquisa – emerge das questões da própria comunidade, ampliando temas de interesse social e coletivo em diversas frentes temáticas – política, cidadania, religião, família, ética, terceiro setor, Estado etc.

---

3 SERRANO, Rossana Maria Souto Maior. *Conceitos de Extensão Universitária: um diálogo com Paulo Freire*.

Assim, a competência está em um serviço que – articulado com a comunidade –, esclarece, informa e difunde conhecimento, levando a formação para os segmentos sociais diversos – o que evidencia uma proposta eminentemente democrática. A política extensionista vislumbra ser um centro de formação que desfruta de um caráter local e regional, todavia, sugere alternativas para que o conhecimento e pesquisa locomovam-se por todo o território da cidade, promovendo as comunidades carentes e distantes. Neste ponto, a extensão descortina-se e se estabelece com um centro de formação comprometido a ofertar um conhecimento criterioso – respaldado em métodos científicos –, um conhecimento crítico – a recriar formas de se entender e compreender seus objetivos, princípios –, um conhecimento solidário – cuja referência esteja no servir e fortalecer a comunidade – e um conhecimento autônomo. Nesse caminho a extensão compondose como uma ação processual-orgânica, como explicita Reis:

A linha de ação eventista-inorgânica tem como característica a prestação de serviços ou na realização de eventos, isolados ou desvinculados do contexto ou do processo ensino aprendizagem e de produção de conhecimento da universidade.

A linha de ação processual-orgânica tem como característica o desenvolvimento de ações de caráter permanente, imbricados ou inerentes ao processo formativo (ensino) e à produção de conhecimento (pesquisa) da universidade, em parceria político-pedagógica com a sociedade civil ou política, numa dimensão mutuamente oxigenante e mutuamente transformante.<sup>4</sup>

De fato, toda política de extensão institucional deve alicerçar-se, sobretudo, em valores institucionais e nos princípios da complexidade, de maneira a integrar instituição de ensino superior, comunidade e sociedade civil, promovendo um movimento complexo na medida em que articula docentes, discentes e os anseios mais genuínos da comunidade. Nesta perspectiva é que a extensão propõe dinamizar produção de conhecimento e vivência político-cidadã.

## **I. Objetivos e Diretrizes Estratégicas para a Realização de Extensão**

Para a realização de suas proposições, a política de extensão deve assumir determinados objetivos fundamentais, a envolverem as perspectivas das ações da instituição de ensino superior em interação com a comunidade e com o poder público. De maneira mais didática, a extensão, por meio de suas ações, vislumbra:

- Atrelar as atividades da extensão ao cotidiano da instituição, conquistando um número cada vez mais considerável de docentes, discentes, dirigentes

---

<sup>4</sup> REIS, Renato Hilário dos. *Histórico, Tipologias, Proposições sobre a Extensão Universitária no Brasil*. Revista Linhas Críticas, Revista da Faculdade de Educação da UnB. v. 2, nº 2, 1996, p. 41.

- e líderes comunitários, de forma a recriar a rede de apoio e solidariedade;
- Articular-se como um dos instrumentos do projeto pedagógico institucional em sua atuação junto a sociedade civil.
- Desenvolver-se como um dos meios de articulação e interação dos projetos pedagógicos dos cursos da instituição com a realidade da comunidade.
- Possibilitar com que o conhecimento produzido no âmbito da instituição de ensino, quando em interação com a comunidade e a sociedade civil, alcance uma dimensão sócio-comunitária;
- Articular corpo docente, discente, técnico, comunidade e sociedade civil, por meio da proposição de projetos com caráter sócio-comunitários.
- Incentivar a proposição de alternativas para a extensão por parte dos corpos docente, técnico, discente e da comunidade;
- Incentivar a participação voluntária – como mecanismo de solidariedade – articulada aos mecanismos e estratégias de financiamento e trabalho remunerado;
- Tornar os temas da extensão assuntos e matéria de interesse científico, aliando pesquisa extensionista à ação sócio-comunitária.

A extensão, vislumbrando sua plena realização, deve estar respaldada por uma série de estratégias, a manterem vivas suas proposições, bem como articular inúmeras ações a envolverem docentes, discentes, comunidade, sociedade civil e Estado.

Desvela-se fundamental que a extensão se articule por meio de atividades de permanente comunicação e divulgação, possibilitando com que toda a sociedade tenha acesso ao seu conteúdo programático e as atividades desenvolvidas. Neste sentido, torna-se necessário que todo o conteúdo da propaganda explicito o ideário de valores de solidariedade, abertura e participação, sensibilizando sociedade, corpo docente e discente para o engajamento nas ações extensionistas.

A extensão somente se torna viável através da articulação e interação das comunidades interna e externa, de forma que tais atores possam trabalhar na proposição de novos temas e projetos, os quais se revelam de caráter sócio-comunitários. Tais temas e projetos devem nascer como prolongamento das reflexões acerca dos projetos pedagógicos dos cursos da instituição Assim, a extensão deve propor ações e projetos cujos conteúdos expressem genuínos anseios das comunidades, visando o desenvolvimento e crescimento da cidade como um todo – em sintonia, de maneira ampla, com o projeto pedagógico institucional e, de maneira mais específica, com os projetos pedagógicos dos cursos.

Discerne-se que a extensão formata-se a partir de esforços de integração e atuação dos diversos atores. Nesta perspectiva, a comunidade interna da instituição de ensino superior deve expandir seus contatos com a comunidade externa, ressaltando a importância do constante vínculo e conjugação de esforços,



de maneira que a extensão expanda-se, de forma democrática, por toda comunidade e região, fazendo-se presente em todas as localidades da cidade. Tal condição está apreciada na dinâmica dos parceiros e parcerias, por meio dos quais se pode contar com o conhecimento, sapiência e atividades dos vários atores.

A troca de conhecimentos, experiências e propostas capacitam-se a fomentar um debate profícuo entre os atores. A extensão precisa saber respeitar as diferenças e posições variadas, integrando e encorajando esforços para a construção de projetos criativos que atendam, de maneira diversificada, o interesse e necessidades das diversas comunidades. O intercâmbio pode promover a parceria, a solidariedade e o encontro de interesses variados.

### **Considerações Conclusivas**

Tanto no âmbito das instituições de ensino superior públicas, quanto no que tangencia as instituições privadas de ensino superior, a extensão universitária apresenta-se como um espaço aberto de possibilidades com imenso potencial para atuar na direção do fortalecimento da cidadania e da própria democracia.

Suplantando ações isoladas e voluntaristas, a gerarem ações pontuais e carentes de continuidade, a extensão deve se constituir como organismo, programa institucionalizado, estruturado e sedimentado por meio de uma política institucional.

Enquanto dimensão interna, a política de extensão deve estar em plena sintonia com o plano de desenvolvimento institucional, com o projeto político e pedagógico da instituição e com os projetos pedagógicos dos cursos oferecidos à comunidade. Assim, a extensão torna-se o espaço privilegiado e fundamental para o efetivo exercício da responsabilidade social da instituição.

Em um movimento externo, a extensão deve ter como fonte primeira de suas ações e propostas os mais genuínos anseios da comunidade, de maneira a acolher e responder, a partir daquilo que é específico à academia – o saber criterioso, respaldado em métodos investigativos –, às carências mais prementes, a emergirem e ganharem evidência no cotidiano da sociedade.

Nesse sentido, a extensão compõe-se como um espaço privilegiado de interlocução e articulação, envolvendo docentes, discentes, corpo-técnico, comunidade e poder público em um amplo e profundo movimento de transformação social, de vivência cidadã e de fortalecimento dos princípios democráticos.

A percepção da sociedade como realidade dinâmica e complexa passa a definir o caminho, o horizonte teórico da extensão universitária. A complexidade dos dramas sociais, dos temas fundamentais da comunidade exige uma extensão

articulada com as dimensões do ensino e da pesquisa. As ações e propostas implementadas no âmbito da extensão passam a ser dinamizadoras também do ensino e da pesquisa.

Tudo isso não deixa de se constituir ainda como um grande desafio. No entanto, a concepção de extensão, pautada em bases complexas, abre, lança o espaço acadêmico para um campo fecundo de possibilidades, a promover, sobretudo, uma compreensão cada vez mais elaborada de cidadania.

## Referências

FARIA, Doris Santos de (org). *Construção Conceitual da Extensão na América Latina*. Brasília, Editora UNB, 2001.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. *Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão e a Flexibilização Curricular: Uma visão da Extensão*. Porto Alegre, UFRGS, Brasília, Mec/Sesu, 2006. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/Colecao-Extensao-Universitaria/04-Indissociabilidade-Ensino-Pesquisa-Extensao/Indissociabilidade-e-Flexibilizacao.pdf>. Acesso em 05 de novembro de 2014.

\_\_\_\_\_. *Documento Final do I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras*. 1997. Disponível em <http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em 06 de novembro de 2014.

MORIN, Edgar. *Os Sete saberes Necessários à Educação do Futuro*. 3ª ed. São Paulo, Cortez; Brasília, Unesco, 2001.

\_\_\_\_\_. *Ciência com consciência*. 6ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002.

\_\_\_\_\_. *A inteligência da complexidade*. São Paulo, Editora Fundação Peirópolis, 2002.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. *Políticas de Extensão Universitária Brasileira*.

Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

REIS, Renato Hilário dos. Histórico, Tipologias e Proposições sobre a Extensão Universitária no Brasil. In **Linhas Críticas**. Revista Semestral da Faculdade de Educação – UNB. Vol.2. Nº 2. P 41-47. Abril/jul 1996. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/6094/5042>. Acesso em 26 de outubro de 2014.

SERRANO, Rossana Maria Souto Maior. **Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire**. Disponível em: [http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos\\_de\\_e\\_xtensao\\_universitaria.pdf](http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_e_xtensao_universitaria.pdf). Acesso em 26 de outubro de 2014.